

DEPÓSITO LEGAL NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFPB

Patricio Inácio da Silva
Graduado em Biblioteconomia
p.inaciosilva@gmail.com

Ediane Toscano Galdino Carvalho
Professora do Departamento de Ciência da Informação-UFPB
Doutoranda em Ciência da Informação – PPGCI-UFPE
edianetgc@gmail.com

Resumo

O Depósito Legal em bibliotecas universitárias pelas Editoras de universidades, é dispositivo legal que possibilita e colabora com o cumprimento do Controle Bibliográfico Universal. Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo geral: conhecer a existência de depósito legal na Biblioteca Central da UFPB quanto às publicações da Editora Universitária da mesma universidade. E como objetivos específicos: identificar o processo de aquisição das publicações da Editora Universitária da UFPB pela Biblioteca Central; verificar as publicações da editora da UFPB existentes no acervo da Biblioteca Central; identificar em documentos legais do Sistema de Bibliotecas da UFPB a obrigatoriedade do depósito legal. Diante deste contexto, a pesquisa é do tipo descritiva, documental e de caráter exploratório. Foi utilizada a entrevista para coletar os dados e foi aplicada aos Bibliotecários responsáveis pelas seções ligadas diretamente com o processo de depósito legal. O resultado demonstrou que o Depósito Legal no SISTEMOTECA é uma realidade, porém, sem regularidade, dessa forma, é necessário que o Sistemoteca e a Editora da UFPB mantenham efetivamente o processo do Depósito Legal. Sugere-se então, ações que possibilitam viabilizar o fluxo no depósito, como também na disseminação das publicações depositadas.

Palavras-chave: Depósito Legal. Sistema de bibliotecas da UFPB. Bibliotecas Universitárias.

1 INTRODUÇÃO

A produção do saber científico necessita incessantemente de acesso ao conhecimento registrado para dar continuidade ao processo de desenvolvimento da ciência, dessa forma, recai sobre as bibliotecas universitárias a importância em organizar a informação e proporcionar o acesso democrático a produção do conhecimento existente na universidade.

A idealização de manter um controle de todas as informações produzidas mundialmente a partir de bibliografias universais, trouxe para a sociedade a possibilidade de conhecer o que se produz e publica, tendo como precursores Conrad Gesner, Paul Otlet e Henri La Fontaine, no entanto, devido a complexidade de organizar todo o conhecimento produzido mundialmente, surge a necessidade de as organizações se estruturarem no âmbito nacional, tentando concretizar o ideal de acesso ao conhecimento produzido universalmente.

Contudo, as bibliotecas nacionais absorveram a responsabilidade de garantir a preservação do patrimônio intelectual e documental da sociedade a qual está inserida. Segundo Campello (2006, p.22) a UNESCO propôs em 1977 um modelo de controle bibliográfico onde a Biblioteca Nacional “é aquela que independentemente de outras funções, tem a responsabilidade controlar o depósito legal e de produzir bibliografia nacional”.

Com esta proposta a biblioteca nacional tornou-se gestora do controle bibliográfico nacional, tendo embasamento legal para adquirir tudo que for publicado no país a partir da legislação do Depósito Legal.

O Depósito Legal é a exigência fundamentada em lei que determina o depósito de um ou mais exemplares de todas as publicações editadas por qualquer meio ou processo a uma instituição pública, que devido a gênese do processo do Controle Bibliográfico, esta instituição está focada principalmente na Biblioteca Nacional de cada

país.

As beneficiárias legais dessas produções tem o objetivo de registrar, guardar, preservar e divulgar a produção intelectual de um determinado país, como também de produzir e divulgar as bibliografias nacionais.

No Brasil, a Biblioteca Nacional teve a centralização desta gerência a partir do Decreto n. 1.825 de 20/12/1907 que foi revogado pela Lei no 10.994, de 14 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004). No entanto, a gestão desta atividade realizada pela Biblioteca Nacional, se deu de forma descontrolada, não garantindo a observância da lei até os dias atuais por todas as editoras e autores da produção intelectual do país.

Atualmente o Depósito Legal é efetivado a partir da lei n. 10.994 de 14/12/2004, mas continua não sendo cumprido em sua plenitude, assim como o decreto 1.825/97. Com a permissão de criação de leis estaduais, estados como exemplo Pernambuco, Santa Catarina e Rio de Janeiro passaram a ter sua própria legislação, ainda que estas não desobriguem a Lei Federal.

A partir de então, essa descentralização permite que instituições públicas como as universidades possibilitem criar uma legislação própria para garantir o patrimônio intelectual produzido.

As bibliotecas universitárias tendem a ser depositárias das publicações das editoras universitárias. Atualmente no Brasil há uma respectiva quantidade de universidades públicas que tem suas bibliotecas, principalmente as bibliotecas centrais como depositárias das publicações técnico-científicas, artístico e culturais destas editoras, ou seja, além do depósito usual das teses, dissertações e monografias e TCCs, também é realizado o depósito de livros, periódicos, Anais de eventos online e em *CD ROM*.

A temática abordada nesta pesquisa traz à tona a contribuição do Depósito Legal para o conhecimento da produção editorial. Sua importância reside, sobretudo na necessidade de ampliar as discussões neste novo contexto de informações registradas em suportes eletrônicos e digitais.

Em se tratando da pesquisa ser realizada visando a Biblioteca Central e a Editora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), torna-se relevante pelo aperfeiçoamento do controle bibliográfico a partir do depósito legal de toda a produção editorial da editora da

UFPB. Além de entender que o depósito legal sendo realizado na Biblioteca Central da UFPB, os bibliotecários podem contribuir ao desenvolver ações quanto a preservação do patrimônio documental da comunidade.

Na observância deste contexto, esta pesquisa levantou o seguinte questionamento: a Biblioteca Central da UFPB recebe de forma legal e contínua, exemplares das publicações editadas pela Editora da mesma instituição? Este questionamento levou a elaboração do objetivo geral: Conhecer a existência de depósito legal na Biblioteca Central da UFPB quanto às publicações da Editora Universitária da UFPB. Para alcançar o objetivo geral foi necessário: identificar o processo de aquisição das publicações da Editora Universitária da UFPB pela Biblioteca Central; verificar as publicações da editora da UFPB existentes no acervo da Biblioteca Central; identificar em documentos legais do SISTEMOTECA da UFPB a obrigatoriedade do depósito legal.

Nesse sentido, foi fundamental basear-se em temáticas como Depósito legal em bibliotecas universitárias e Controle Bibliográfico. A metodologia foi realizada a partir de uma pesquisa exploratória, descritiva e ainda documental. O ambiente da pesquisa foi o Sistemoteca da UFPB e foram realizadas entrevistas para coletar os dados a partir de quatro sujeitos pesquisados.

Este artigo é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado em 2014 que representou um desafio inicial e finalizou com um produto que merece atenção junto a Biblioteca Central da UFPB, a Editora da UFPB e a própria comunidade científica.

2 CONTROLANDO E DIVULGANDO O CONHECIMENTO PRODUZIDO

O Conhecimento produzido pelo homem desencadeou uma necessidade de divulgação e ao mesmo tempo de controle. Divulgação pelo fato de tornar o conhecimento visível por todos aqueles que o buscam e controle no sentido de preservar todo o conhecimento. Nesse contexto, o Controle bibliográfico e o Depósito legal são instrumentos que contribuem na preservação do conhecimento produzido.

Historicamente o Controle Bibliográfico surge por iniciativas de cientistas ao realizar movimentos que tinham por objetivo juntar, organizar e padronizar toda a literatura científica existente no mundo. Os principais

representantes desse movimento foram Paul Otlet e Henry La Fontane ao elaborarem o Repertoire Bibliographique Universel e podem ser considerados como futuristas do controle de informações online como podemos verificar atualmente.

Em 1977 em um Congresso Internacional sobre Bibliografias Nacionais em Paris, realizado pela UNESCO e IFLA, foi proposto o Controle Bibliográfico Universal (CBU) que tinha como objetivo “[...] reunir e tornar disponíveis de maneira eficiente, os registros da produção bibliográfica de todos os países, concretizando uma rede internacional de informação.” (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p.4). Foi determinado que a responsabilidade de descrever toda a produção ficava por conta dos próprios países, sendo recomendado ainda que os países que ainda não tinham base legal para realizar o Depósito Legal, que fosse construído e aqueles que já realizavam o Depósito Legal incluíssem os novos formatos de documentos como os multimeios e outros a partir do advento das Tecnologias de Comunicação e Informação.

Segundo Noronha e Ferreira (1999) e Monteiro (2003) o Controle Bibliográfico Universal no Brasil está sendo desenvolvido pela Fundação Biblioteca Nacional, que estabelece o Número Internacional de Padronização Bibliográfica – International Standard Book Number (ISBN). É responsável ainda pela atribuição do ISMN (Número Internacional de Padronização Musical).

Outra instituição Brasileira responsável pelo CBU é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que atribui o Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas – International Standard Serial Number (ISSN). Segundo dados desta instituição, sua atribuição não é obrigatória, porém sua utilização trará benefícios na precisão da identificação dos documentos seriados. Esta instituição também é responsável pelo Catálogo Coletivo de Nacional (CCN) de Publicações Seriadas.

Estas instituições são colaboradoras na função de controlar e divulgar o conhecimento produzido, no entanto, existe uma base legal que permite controlar todo o conhecimento produzido que é o Depósito Legal.

O Depósito Legal é um mecanismo amparado em lei ou outro tipo de instrução normativa que determina que toda entidade

publicadora comercial ou pública (impressores e editores) e também autores que publicam de forma independente, devem cumprir com o depósito gratuito e obrigatório de no mínimo um exemplar de um documento publicado, seja impresso ou em suporte eletrônico a uma instituição depositária nacional, que geralmente costuma ser a Biblioteca Nacional.

O surgimento do Depósito Legal veio como forma de salvaguardar as obras impressas produzidas pelos países, frutos de longas investigações e descobertas científicas que sempre fizeram parte do cotidiano da sociedade, desta forma o Depósito Legal contribui para a “[...] constituição da identidade cultural e testemunho do passado, como também permitindo a evolução cultural destes países” (CAMPELLO, 2006. p.4).

Considerando a existência da lei de Depósito Legal, como também a necessidade de controlar o conhecimento produzido, pode-se verificar que teoricamente a preservação desse conhecimento está garantida. No entanto, é necessário conhecer todas as facetas deste controle, tendo em vista que existem diversas instituições inseridas neste processo, desde as instituições publicadoras, aos autores e as depositárias dos documentos.

3 BIBLIOTECAS E EDITORAS UNIVERSITÁRIAS: A CONTRIBUIÇÃO PARA O DEPÓSITO LEGAL

De acordo com a Lei de Depósito Legal, as bibliotecas nacionais são as depositárias legais para documentos produzidos e publicados.

Para Lavaière (2000) nada impede que outros tipos de bibliotecas sejam depositárias legais de publicações, podendo assim, tanto as bibliotecas públicas como as bibliotecas universitárias serem depositárias das publicações locais dos materiais que lhe competem.

As bibliotecas universitárias possuem uma longa história de serviço a sociedade, mas o seu legado não pode ser contado de forma isolada, pois segundo Anzolin e Corrêa (2008, p. 807) “a Biblioteca sempre esteve ligada à ideia de universidade por ser esta historicamente um centro produtor e difusor de conhecimento”.

Sinteticamente, para Bohrer (2008) o surgimento das universidades ocorreu na idade média, por volta do século XII e eram a princípio ligadas ao clero católico, pois

naquela época a Igreja possuía forte poder no meio sociocultural e educacional.

Ainda de acordo com Bohrer (2008) e Vianna (2013) a gênese dessas bibliotecas remonta aos mosteiros medievais respectivamente entre os séculos V e X, detentores de grandes depósitos de livros, manuscritos, códex que davam suporte informacional aos estudos dos membros da congregação.

Posteriormente, segundo Anzolin e Corrêa (2008) aproximadamente no século XV surgiu a imprensa de Gutenberg dando acessibilidade ao livro e possibilitando a reprodução do conhecimento em larga escala, ocasionando um processo que seria contínuo na produção do conhecimento.

Obviamente, as bibliotecas universitárias ganharam com todo esse processo de evolução da produção intelectual e do conhecimento ocorrido na sociedade, o que para Ferreira (2012) após a laicização dessas universidades, aprofundou a democratização e expansão do conhecimento científico produzido e armazenado por essas instituições, o que resultou na formação dos grandes acervos bibliográficos de universidades como Oxford, Sorbonne e Salamanca.

A biblioteca universitária tem a função de oferecer serviços tendo como direcionamento o ensino a pesquisa e a extensão.

No Brasil, as bibliotecas universitárias seguiram um roteiro inicial semelhante ao do

contexto mundial, que segundo Sousa (2009) iniciaram em meio as atividades das ordens religiosas, como os Jesuítas que usavam o acervo de suas bibliotecas para desempenhar as suas atividades de ensino que eram baseadas na religião católica.

Para (CARVALHO 2004 *apud* SOUSA, 2009) as bibliotecas universitárias brasileiras só passaram a se desenvolver tanto na ampliação dos acervos, como nas suas estruturas físicas a partir do século XX quando foram introduzidos os cursos de nível superior no Brasil, ocorrendo uma ampliação também em seus serviços.

Corroborando com esta conjuntura, Martins, 2001 *apud* MORIGI; SOUTO, 2005), diz que as mudanças foram necessárias, pois a especialização da comunidade universitária exigiu que a biblioteca deixasse de ser passiva para ir em busca de novas possibilidades no que se refere ao oferecimento de serviços, os quais tornaram-se mais especializados.

Com os serviços mais especializados e as bibliotecas direcionando para um contexto de avanços junto aos usuários, os bibliotecários encontraram novas maneiras de sensibilizar a comunidade universitária ao desenvolver serviços mais dinâmicos.

Nesse contexto, o quadro abaixo demonstra alguns tipos de serviços desenvolvidos desde a atividade de aquisição a ações de apoio direto aos usuários.

Quadro 1: Serviços oferecidos pelas Bibliotecas universitárias

SERVIÇOS TÉCNICO/ADMINISTRATIVOS	SERVIÇOS OFERECIDOS DIRETAMENTE AO USUÁRIO
Aquisição (compra, doação e intercâmbio/permuta)	Orientação ao catálogo online ou impresso
Registro dos documentos	Orientação na busca de documentos ao acervo
Tratamento técnico (catalogação, classificação)	Orientação às bases de dados, Portais de periódicos, Repositórios digitais, BDTD, etc.
Conservação de documentos	Empréstimo, Devolução e Renovação de documentos.
Restauração de documentos	Visita orientada
Elaboração de portarias, resoluções, regimentos.	Comunicação e interação com as redes sociais
Elaboração de relatórios	Orientação aos usuários especiais (cegos, surdos, mudos)
Elaboração de políticas técnico-administrativas para o desenvolvimento da biblioteca: Desenvolvimento de Coleções, Marketing etc	Orientação das normas da ABNT/Documentação
	Apoio ao curso de biblioteconomia por ser laboratório da área
Desenvolvimento de políticas de Tecnologias de Informação para serviços técnicos e de apoio aos usuários	Exposições
	Exibição de filmes

Fonte: Dados da Pesquisa

Estes serviços são ferramentas que fazem a Biblioteca Universitária uma instituição com o compromisso do ensino, da pesquisa e da extensão. E toda essa gama de atividades corrobora com o amplo desenvolvimento da produção intelectual das universidades e consequentemente viabilizando as publicações das editoras universitárias.

Deste modo, deve a biblioteca universitária trabalhar em conjunto com autores e editoras, de forma que se torne efetivamente exímia colaboradora no trabalho de preservação e conservação das obras produzidas no seio institucional para controlar o conhecimento publicado e ocorrer o depósito legal efetivo.

O depósito legal é um dos serviços de aquisição em bibliotecas, consequentemente, a forma de entrada das publicações advindas de depósito legal é a partir do setor de Aquisição.

O serviço de aquisição das bibliotecas universitárias, juntamente com o serviço de seleção é onde começa todo o planejamento de expansão e atualização do acervo bibliográfico e demais suportes informacionais, ou seja, este é o processo de obtenção dos documentos que formarão as coleções. Neste processo, a obtenção dos materiais informacionais se dá a partir de três modalidades, compra, doação, intercâmbio ou permuta. Porém há casos em que bibliotecas universitárias para assegurar e objetivar sua posição como instituição depositária e de custódia das publicações das editoras universitárias estabelece o depósito legal como uma das modalidades de aquisição de seu acervo.

Seguindo esta visão Job e Fonseca (2006, p.4) enfatizam que:

As bibliotecas universitárias enquanto responsáveis pelo depósito legal e armazenamento das informações geradas pela produção científica, intelectual, artística dos membros da academia, tem como uma de suas missões a preservação da memória institucional.

Neste entendimento pode uma biblioteca central como o centro do universo científico, ser a depositária legal da produção técnica e científica, artística e cultural da universidade com função de preservar a memória da instituição.

Pode-se afirmar que no Brasil o depósito legal em bibliotecas universitárias públicas é

realidade em algumas bibliotecas, tendo como exemplo as Bibliotecas Centrais de algumas universidades públicas como a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal do Maranhão, a Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal do Paraná.

No entanto vale destacar o trabalho realizado pela Universidade Federal da Bahia no que se refere a preservação de sua memória institucional que desde o ano de 2002 mediante Portaria de nº 332/02, estabelece na Biblioteca Central Reitor Macedo Costa “[...] o depósito obrigatório de toda a produção científica da Universidade, bem como das obras representativas das atividades acadêmica, cultural e técnica da Instituição, editadas e coeditadas pela Editora da Universidade (EDUFBA), pelas Unidades de Ensino [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2002).

As editoras universitárias são órgãos pertencentes às instituições de ensino superior responsáveis pela produção e publicação de trabalhos intelectuais tanto acadêmicos como da sociedade em geral, devidamente aceitos por um conselho editorial e de acordo com sua política editorial.

De acordo com Bufrem (2001) no Brasil as editoras universitárias surgiram por volta de 1961 a partir das antigas imprensas universitárias, responsáveis pelo trabalho de impressão de textos acadêmicos e administrativos. Posteriormente foram evoluindo administrativamente na criação de suas políticas, linhas de editoração e formação de conselhos editoriais.

No Brasil, segundo o catálogo de editoras associadas da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), existe o equivalente a 117 editoras universitárias públicas e privadas. Também é importante registrar que em 2008 após a insatisfação de algumas editoras universitárias para com a ABEU foi criada a Liga das Editoras Universitárias (LEU).

Segundo Marques Neto (2000) as editoras universitárias principalmente as públicas não tem fins exclusivamente comerciais, o que lhes garante trilhar projetos de interesse científico ou cultural na divulgação das produções intelectuais tanto científicas como as relativas às questões de cultura regional desacreditada

pelas editoras comerciais.

De acordo com Vog (2008 *apud* ZUCHETO, 2012, p. 37).

[...] a função das editoras universitárias no processo de socialização do conhecimento científico e da cultura é fundamental, pois têm uma contribuição imprescindível à dinâmica da educação e da cultura no processo de formação integral do homem e das sociedades em que ele vive [...].

Nesse entendimento, observa-se que as editoras universitárias já não se detêm as questões científicas das universidades que fazem parte, direcionando para um patamar de diálogo constante com a sociedade em geral na busca de novas publicações, parcerias, leitores e tecnologia. Dessa forma, verifica-se que as editoras universitárias têm um papel relevante para a Universidade com relação a produção científica da sua comunidade e podem contribuir com o controle bibliográfico das universidades a partir da institucionalização, efetivação e cumprimento do Depósito Legal.

4 SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFPB (SISTEMOTECA)

O Sistema de Bibliotecas da UFPB (SISTEMOTECA) foi criado no ano de 1980 quando foi homologado o seu primeiro regulamento aprovado pelo Conselho Universitário anexado a resolução n. 201/80 em 07/08/1980. (PEREIRA; PEREIRA, 1983).

Anos mais tarde, em 2009 um novo regimento foi elaborado para atender as necessidades informacionais oriundas dos novos suportes de informações, novos serviços disponibilizados pelas bibliotecas, como também incluir neste universo as bibliotecas dos demais campi. Assim o Sistema é definido como

[...] um conjunto de Bibliotecas integradas sob os aspectos funcional e operacional, tendo por objetivo a unidade e harmonia das atividades educacionais, científicas tecnológicas e culturais da UFPB, voltadas para a coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informações, para o apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2009).

A estrutura organizacional do SISTEMOTECA descrita no regimento atual compreende uma Biblioteca Central e 13 Bibliotecas Setoriais distribuídas nos quatro campi, porém de acordo com o Sistema de Integração e Gestão Acadêmica (SIGAA) existem ao todo 15 Bibliotecas Setoriais.

De acordo com o Regimento atual, estão distribuídas da seguinte forma:

Campus I – João Pessoa - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (BS/CCSA), Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (BS/CCHLA), Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (BS/CCEN), Biblioteca Setorial do Centro Ciências da Saúde (BS/CCS), Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas (BS/CCJ), Biblioteca Setorial do Centro de Educação (BS/CE), Biblioteca Setorial do Centro de Tecnologia (BS/CT), Biblioteca Setorial do Núcleo de Documento e Informação Histórica Regional (BS/NDHIR), Biblioteca Setorial do Hospital Universitário (BS/HU), Biblioteca Setorial de Direitos Humanos); **Campus II – Areia** – Biblioteca Setorial de Areia (BSA); **Campus III – Bananeiras** - Biblioteca Setorial de Bananeiras (BSB); **Campus IV – Mamanguape/Rio Tinto** - Biblioteca Setorial do Litoral Norte (BS/LN). (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2009).

As atividades pertinentes ao pleno desenvolvimento do SISTEMOTECA será de responsabilidade da Biblioteca Central segundo o Regimento. A Biblioteca Central é a gestora das atividades pertinentes ao Sistema.

Desta forma o Sistema de Bibliotecas na UFPB servirá como

[...] mecanismo alimentador dos planos e programas da Universidade Federal da Paraíba, de maneira a suprir em caráter permanente as atividades de ensino, pesquisa e extensão com as informações necessárias disponíveis. Outrossim, servirá à comunidade paraibana nos seus objetivos relacionados à educação, cultura e pesquisa. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2009).

A Biblioteca Central como já mencionado é o centro regulador das atividades do sistema de bibliotecas, mas além disso é a unidade de informação pioneira da Universidade Federal da Paraíba, pois sua criação data de 1961 no então regimento desta instituição de ensino.

Porém só em 1967 ocorreram as primeiras iniciativas de estruturação organizacional e física da Biblioteca Central, que teve como primeira proposta um projeto intitulado "Teoria da Biblioteca Central" de autoria do saudoso Professor e Bibliotecário Edson Nery da Fonseca (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2014).

Contudo as obras de infraestrutura da Biblioteca Central foram paralisadas, fazendo com que seu acervo se instalasse provisoriamente em locais variados ao longo de aproximadamente 10 anos.

No ano de 1976 se iniciou de fato o processo de implantação e estruturação da Biblioteca Central, a partir da junção do acervo das bibliotecas setoriais, como também a contratação de profissionais bibliotecários, organização e atualização do acervo, criação e desenvolvimento de serviços ao usuário e a elaboração do regulamento do SISTEMOTECA e com a construção do atual prédio que tem 8.500m² (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2014).

A Biblioteca Central é composta por Diretoria, Vice-Diretoria, Secretaria Administrativa, Setor de Contabilidade e por 3 (três) Divisões, que subdividem-se em 11 (onze) Seções (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2014).

Porém para efeito desta pesquisa destacaremos a partir da ilustração abaixo, as Seções da Biblioteca Central que estão diretamente ligadas ao processo de Depósito Legal das publicações da Editora Universitária.

Ilustração 1: Seções da Biblioteca Central ligadas ao processo de Depósito Legal

DDC - Divisão de Desenvolvimento das Coleções, é o responsável pela coordenação, formação e desenvolvimento das coleções das Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba.

- ✓ SSE - Seção de Seleção
- ✓ SIN - Seção de Intercâmbio

Setores da Biblioteca Central beneficiados com o Depósito Legal da Editora Universitária.

- ✓ Acervo Geral 1º e 2º piso
- ✓ SDN - Seção de Desenvolvimento da Leitura (Sala de Leitura)
- ✓ COESP - Coleções Especiais

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Atualmente o Sistema de Bibliotecas da UFPB é automatizado pelo Sistema de Integração de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), implantado desde 2012 após substituir o sistema de automação Ortodocs e pode ser consultado através do site <https://sistemas.ufpb.br/sigaa/public/bibliotecas/>.

O SIGAA permite ao pesquisador a busca da informação pelos pontos de acesso tradicionais (título, autor, assunto, editor, ano), como também pela Biblioteca e coleção que se encontra a obra, podendo ser de forma simultânea. Permite ainda a recuperação de dados a partir de relatórios de acordo com entradas como: autor, título, assunto e outras.

5 CAMINHO DA PESQUISA

O conhecimento científico é construído a partir de procedimentos e técnicas específicas, sistematizadas e experimentadas, buscando na realidade empírica, resultados que mereçam ser apresentados a uma determinada comunidade científica. Para tanto, é necessário que a pesquisa obedeça a critérios metodológicos. Dessa forma esta pesquisa é de caráter exploratório que segundo Gil (1999) tem a finalidade de proporcionar uma visão geral do fenômeno estudado.

Para alcançar resultados eficazes, foi necessário trabalhar com o tipo de pesquisa descritiva por estabelecer um vínculo de narração dos fatos ocorridos. Segundo Rudio (1983), descrever na ciência é “descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”.

Em se tratando de uma pesquisa onde a investigação documental traz maior entendimento sobre o problema a ser solucionado, foi adotada a pesquisa documental como uma técnica metodológica fundamental. Dessa forma, além de levantamento documental em fontes de informações diversas, também foram pesquisados documentos como regimentos, resoluções, relatórios e normas de serviços referentes ao foco da pesquisa que é o depósito

legal.

Foram realizadas 04(quatro) entrevistas, onde os sujeitos da pesquisa foram os responsáveis pelos setores ligados diretamente com o processo de depósito legal. Os entrevistados foram codificados em R1, R2, R3 e R4, independente da ordem de sequência dos entrevistados e da hierarquia estabelecida na instituição.

6 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

A coleta de dados foi construída a partir da pesquisa documental e da entrevista.

A pesquisa documental foi realizada a partir da leitura minuciosa de resoluções e dos Regimentos do SISTEMOTECA, (de 1980 e o de 2009), para a verificação da existência de obrigatoriedade do depósito legal nestes regimentos, além de pesquisar em correspondências dados que fortaleça a argumentação dos dados e atinja aos objetivos propostos.

Houve a necessidade também de pesquisas no catálogo online do SISTEMOTECA através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) de forma a verificar as publicações da Editora Universitária da UFPB existente no SISTEMOTECA, em especial nas Coleções Especiais.

Para proceder a coleta de dados, foi realizada entrevistas, a qual obteve informações acerca da compreensão das experiências dos entrevistados sobre o fenômeno investigado. As entrevistas realizaram-se em Julho de 2014 no ambiente de trabalho dos entrevistados. Foram gravadas e depois transcritas cuidadosamente mantendo a integridade das falas para maior qualidade nas análises. Os dados dessas entrevistas foram analisados seguindo a ordem das perguntas da entrevista. Para cada pergunta foi criado um título, em seguida, foram analisadas as falas, sendo interpretadas de acordo com a teoria fundamentada na pesquisa e com o entendimento do pesquisador.

7 ANALISANDO OS DADOS COLETADOS

Durante o processo da pesquisa, foi identificada a existência da resolução N° 31/2009 que aprova o regimento do Sistema de

Bibliotecas da UFPB (SISTEMOTECA), onde neste, está estabelecido que a Biblioteca Central e as bibliotecas setoriais são depositárias das obras produzidas pelos Centros (monografias, teses, dissertações e outros materiais), como também as que forem produzidas pelos demais órgãos que compõem a instituição.

A partir de então, verifica-se que existe dispositivo legal, onde permite que a Editora da Universidade Federal da Paraíba deposite as suas publicações no SISTEMOTECA da UFPB.

O Regimento poderia ser mais claro ao informar que a principal biblioteca a ser depositária seria a Biblioteca Central, por coordenar todo o sistema, não impedindo que as demais também recebam publicações da área específica.

Foi identificado também, correspondências que identificam a tentativa de regularizar os envios das publicações da Editora da UFPB para a Biblioteca sempre que o setor de intercâmbio percebe a irregularidade no recebimento das publicações.

A partir da pesquisa no catálogo online do SISTEMOTECA através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), pode verificar as publicações da Editora Universitária da UFPB existente no SISTEMOTECA, em especial na Biblioteca Central. Foi identificada a existência de várias publicações no acervo físico da Biblioteca Central.

Verificou-se ainda que todos os sujeitos entrevistados tem profundidade no conhecimento sobre a instituição e seus serviços oferecidos.

Ao longo da pesquisa observou-se que a Resolução 31/2009 que aprova o regimento do Sistema de Bibliotecas da UFPB, traz consigo em seu Art. 45, I a obrigatoriedade da Editora e outros órgãos em remeter as publicações ao SISTEMOTECA, porém os bibliotecários entrevistados revelaram desconhecer qualquer norma que estabeleça esse vínculo na instituição. Desconhecem também as normas nacionais de depósito legal como também institucional no caso da UFPB apesar de praticarem atividades referentes ao Depósito Legal.

O fato reflete uma situação preocupante, pois mostra que o bibliotecário de bibliotecas universitárias já não discute as políticas públicas institucionais referentes ao fomento e

visibilidade de publicações impressas, autores, editoras universitárias, como também para o desenvolvimento e fortalecimento das bibliotecas universitárias.

O levantamento bibliográfico identificou a falta de padronização na descrição bibliográfica das produções da editora, impossibilitando o usuário recuperar a informação por editora e ano. Tal ocorrência é incoerente para com as políticas de controle bibliográfico estabelecidas pela UNESCO e IFLA no que concerne a dar visibilidade a informação produzida. Assim deve o SISTEMOTECA empenhar-se em ter serviços de descrição bibliográfica de qualidade como outros métodos de promoção dessas publicações.

Quiçá a partir deste problema a Editora da UFPB pudesse se posicionar, a saber, como as suas publicações estão sendo tratadas e conseqüentemente disseminadas pelo SISTEMOTECA da UFPB.

Para maior compreensão da coleta dos dados, foi criado um título de cada entrevista. Para tanto, abaixo encontra-se os títulos das perguntas e sua análise, que em algum momento, foi necessário inserir parte das fala dos sujeitos entrevistados.

a) Conhecimento sobre o Depósito Legal

Três dos quatro respondentes argumentaram de forma sucinta acerca do conhecimento teórico e prático de Depósito Legal. Dessa forma, observa-se que a temática ainda merece atenção especial, e que os bibliotecários atribuem pouca importância a temática do depósito legal.

b) O depósito legal em âmbito institucional

Nesta questão, foi perguntado se estavam de acordo que a Editora Universitária enviasse de forma imediata suas publicações à Biblioteca Central.

Os quatro respondentes concordaram, porém é interessante destacar algumas observações como: R1 defende primeiramente a obrigatoriedade do depósito legal na Biblioteca Nacional. R4 expôs preocupação em relação ao espaço físico da Biblioteca Central e indagou sobre a necessidade de um aparato (documento ou política) que disciplinasse o procedimento tanto no que concerne ao envio e recebimento, como também o devido processamento e destino das publicações.

Ao considerar as supracitadas falas como de suma importância no desenvolvimento da

temática, observa-se que os bibliotecários se interessam pelo depósito legal institucional na Biblioteca Central, pois atribuem a atividade como um meio de preservar a memória da instituição e em decorrência, proporcionar a comunidade acadêmica a exposição e disseminação desses materiais.

No entanto, acreditam que a atividade necessita de mais atenção dos órgãos interessados como: Editora Universitária e Biblioteca Central, podendo inclusive elaborar em conjunto um documento legal que viabilize tanto o depósito legal como a flexibilidade no processamento e destino das publicações.

Ao enfatizar sobre a elaboração de um documento oficial, fica evidente sobre o desconhecimento do Art. 45 do Regimento do Sistema de Bibliotecas aprovado pela Resolução 3 I/2009.

No que concerne ao tratamento dessas publicações, poderia ser elaborada uma nova política exclusiva para o depósito legal institucional, pois o regimento do Sistema de Bibliotecas determina que as obras publicadas pelos centros e demais órgãos sejam remetidos ao SISTEMOTECA, no entanto, não determina que o depósito seja imediato após a publicação e também não orienta como deverá ser o processo.

Lembrando uma das leis biblioteconômicas, a biblioteca é um organismo em crescimento, logo esta por intermédio de seus gestores deve buscar subsídios que possibilitem este crescimento de forma ordenada.

No entanto o referido regimento cita que o diretor da Biblioteca Central tem plenos poderes para editar normas operacionais que viabilizem o funcionamento do sistema, ou seja, pode este órgão por meio de normas operacionais auxiliares regulamentar o atual regimento que embora aprovado em 2009 já necessita de uma atualização.

Foi identificado também que o envio de publicações oriundas da editora universitária acontece de forma irregular, não havendo uma constância no envio destas publicações, ainda que por meio de documento oficial de comunicação entre a biblioteca e a editora, esta, mostra-se conhecedora da obrigação em depositar as publicações ao SISTEMOTECA, pois menciona que o envio está sendo realizado em cumprimento ao Depósito Legal, embora não cite que o mesmo se dá em

decorrência do parágrafo I, do Art. 45 da Resolução 31/2009.

Assim estas medidas viriam disciplinar(f) como essas obras devem ser processadas e disponibilizadas.

c) Recebimento de publicações

Os quatro respondentes afirmaram que sim, porém três acrescentaram que o envio sempre ocorreu de forma irregular.

Durante o desdobramento da entrevista, observou-se nas falas a crença sobre a nova administração da editora no desempenho do envio imediato das publicações, que por sua vez tem como líder uma bibliotecária, desta forma vê-se a importância de um profissional bibliotecário na gestão de um aparelho difusor de informação do *know-how*, pois se entende que este tem a preocupação em dar visibilidade ao autor e(g) a obra publicada em si, como também através da disseminação fomentar a produção intelectual científica, artístico e cultural da universidade.

d) Aquisição das obras da Editora Universitária

Ao questionar como a Biblioteca Central realiza o processo de aquisição das obras da editora universitária, dois respondentes discorreram que a iniciativa parte da editora universitária. Porém R2 diz que as publicações geralmente são solicitadas mediante ofício anual, nas demais ocasiões as solicitações ocorrem de forma verbal.

Observa-se incerteza nos profissionais bibliotecários quanto ao processo de aquisição, ou seja, até mesmo o conhecimento primário de aquisição destas obras é desconhecido por estes profissionais.

Ainda que exista um setor exclusivo e responsável pelas relações com editoras e outras instituições potenciais fontes de doações, as bibliotecas devem ser dinâmicas, multifuncionais, devendo ser de fato unidades de informação, devendo seus colaboradores receber, processar, analisar, consumir e difundir as informações aos mais variados tipos de usuários externos.

e) Setor responsável pelo recebimento

Quanto ao setor responsável pelo recebimento das publicações da editora universitária, todos afirmaram ser a Seção de Intercâmbio. Porém o regimento do SISTEMOTECA delega que no recebimento

das doações a seção de seleção se dará em colaboração com a seção de intercâmbio.

Existência de dispositivo legal

Com respeito a existência de um dispositivo legal que orientasse o recebimento das obras da editora universitária, estabelecendo assim o depósito legal institucional, os quatro respondentes alegaram desconhecer tal instrumento.

Desta forma é possível afirmar que os quatro respondentes e potenciais representantes da biblioteca central desconhecem que a Resolução 31/2009, que aprova o regimento do SISTEMOTECA institui, mais precisamente no Art. 45, § 1º, o depósito legal de publicações adquiridas e produzidas pelos centros e demais órgãos nas bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba.

g) Regularidade no Depósito de Publicações

Quanto a uma regularidade no recebimento das publicações, de forma unânime os respondentes afirmaram não existir. R1 fala com propriedade sobre a irregularidade no recebimento das publicações, sustentando sua opinião com base na sua relação diária com os usuários da Biblioteca Central.

Observa-se na ocasião que a não regularidade no envio das publicações ocasiona a desatualização de algumas coleções e seções que dependem principalmente de doações, como as coleções paraibanas, especiais e sala de leitura.

Não se pode eximir do contexto as coleções das bibliotecas setoriais que estão mais próximas aos docentes e discentes e que em alguns casos fazem parte do meio artístico e cultural de algumas regiões do estado da Paraíba e de outros estados que têm na editora universitária uma forma mais fácil de publicar suas produções intelectuais e, por conseguinte tê-las disponíveis principalmente nestas bibliotecas, ainda que para efeito de depósito legal institucional, interessa a este trabalho que este procedimento seja realizado exclusivamente na Biblioteca Central ficando esta encarregada em distribuir de acordo com os assuntos congêneres às bibliotecas setoriais

Desta forma, ainda que o regimento do SISTEMOTECA estabeleça o depósito legal de publicações na UFPB entre os centros de ensino e demais órgãos ao SISTEMOTECA, inclui-se a estes órgãos a editora como a principal instituição publicadora. Dessa forma este dispositivo não estipula os prazos de

envio, comuns nas normativas de depósito legal, deixando o processo de aquisição a mercê das práticas extralegis ou mesmo exclusivamente da boa-fé administrativa destes órgãos.

h) Tempo de Recebimento

Em relação ao tempo de recebimento das obras na biblioteca central, perguntou-se aos respondentes desde quando esta unidade de informação recebe as publicações da editora universitária. Os quatro respondentes não responderam com precisão uma data específica, embora indagaram que o recebimento ocorre já a muito tempo.

i) Número de Títulos na Biblioteca Central

Quanto ao número de títulos e exemplares existentes em todas as coleções da Biblioteca Central, os respondentes não souberam responder, se opondo também a arriscar um número parcial de títulos.

Para efeitos complementares desta análise, tentou-se ao longo da pesquisa realizar um levantamento bibliográfico das obras da editora universitária disponíveis na Biblioteca Central através do Catálogo Online do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, de forma a verificar com precisão quais títulos se encontravam disponíveis na unidade, como também obter informações quanto a localização e o quantitativo destas publicações.

Foi identificado o referente aproximado de 574 títulos, somando-se 1.705 exemplares aproximadamente com publicações desde 1962 a 2013, não visualizando no sistema online até 25 de julho de 2014 publicações referentes ao ano de 2014. Foram identificadas que as obras são disponibilizadas ao público tanto no acervo geral, como nas Seções de: Coleções Especiais, Circulação (Acervo Geral), Sala de Leitura (Acervo de Ensino Médio), Multimeios (em caso de audiovisuais editados pela editora universitária), vale destacar que uma mesma edição pode encontrar-se em vários desses setores.

Ao realizar o detalhamento das obras, foi identificado um problema em relação a catalogação, isto é, a pesquisa foi realizada por editora universitária/Ano/Biblioteca Central desde 1962 até 2014, sendo detectado que ao longo dos anos os catalogadores não chegaram a um consenso em relação a real denominação da Editora Universitária da instituição, utilizando-se de muitas tipologias como EDUFPB, EDU, UNIVERSITÁRIA/UFPB,

UNIVERSITÁRIA, UFPB, ED. UFPB, EDITORA DA UFPB, UFPB/UNIVERSITÁRIA, na representação deste órgão publicador o que dificultou a realização deste detalhamento.

Estes problemas além de ferir diretamente a quarta Lei de Ranganathan que prima pela economia do tempo do usuário, dificulta a busca e a recuperação da informação de usuários que tentarem buscar a informação desejada simplesmente pela denominação da Editora e ano correspondente, como também frustra as convenções da IFLA/UNESCO que instituíram o controle bibliográfico universal (CBU) atualmente incorporado ao Marc, onde ficou designado que os países deveriam investir em serviços bibliográficos de qualidade, que sejam padronizados de forma a se alcançar primeiramente a excelência em âmbito local.

j) Organização das obras

Referente a organização que compreende a disponibilização e localização das publicações, os respondentes mostraram conhecimento técnico, onde dois afirmaram que estas são organizadas conforme as demais obras e que são disponibilizadas tanto nas coleções especiais como no acervo geral de acordo com o assunto, um dos respondentes explicou que se o autor da obra não for paraibano esta deverá ser encaminhada para o acervo geral.

Em relação a fala deste último respondente, cabe analisar futuramente o conceito de coleção especial, como também se somente as obras referentes a estados de interesse, fato histórico, autor local e obras esgotadas devem ser classificados como especiais, ficando de fora deste contexto os docentes, discentes e técnico - administrativos que também são autores de publicações.

k) Conhecimento dos lançamentos da Editora Universitária

Ao perguntar se a biblioteca tem conhecimento das publicações editadas pela editora durante o ano, e em caso afirmativo como a essa informação é obtida. Os respondentes afirmaram que não, porém outro respondente citou que o conhecimento das publicações se dá exclusivamente quando chegam na unidade.

Com vistas a suprir esta necessidade a Editora da UFPB poderia dispor de aparato como um catálogo representativo de lançamento de publicações, que constantemente atualizado seria útil tanto para

a divulgação das cerimônias de lançamento e promoção da obra publicada como também serviria de fonte de informação para a Biblioteca Central tomar conhecimento dos materiais informacionais publicados e assim manter plena relação de intercâmbio desses materiais objetivando a regularidade do Depósito Legal institucional.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa revela situações concretas sobre o Depósito Legal e sobre o Controle Bibliográfico, assim sendo, beneficia diretamente a área da Biblioteconomia como também para autores e a cadeia produtiva universitária, pois a atividade do Depósito Legal institucional tem o objetivo tanto da preservação como da promoção das publicações das editoras universitárias no meio acadêmico, impulsionando o desenvolvimento científico e cultural das universidades, como também propiciando suporte informacional de qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

É preciso observar também a importância do Controle Bibliográfico Institucional nesse processo produtivo, pois são estudos delimitadores de forma a quantificar as publicações produzidas, registradas e disponibilizadas no meio acadêmico, ou seja, é preciso manter um domínio dessas produções, analisando a produção por meio da aquisição via Depósito Legal, objetivando a preservação, identificação, localização e promoção. Para isso é necessário o empenho do conjunto de bibliotecários responsáveis pelo serviço de Depósito legal e dos responsáveis pelas editoras universitárias a efetiva ação referente ao Depósito Legal institucional.

Os resultados mostraram que é preciso discutir o real estabelecimento do depósito legal e do controle bibliográfico entre a Editora e a Biblioteca Central, sendo fundamental a construção de diálogos e parcerias que viabilizem a preservação e a disseminação das

produções do conhecimento editadas pela editora da UFPB.

Ainda que exista uma disposição legal que oriente o depósito de publicações na UFPB, propomos que seja elaborada uma nova política exclusiva para o depósito legal, que estabeleça quais materiais devem ser depositados, como devem ser processados, a data do envio e onde deve ser depositado, embora seja interessante que o depósito seja realizado exclusivamente na Biblioteca Central, por ser a gestora das atividades do SISTEMOTECA, bem como a responsável pela aquisição das publicações do Sistema de Bibliotecas.

É interessante também que a nova minuta de Depósito Legal estabeleça que a Biblioteca Central realize periodicamente levantamentos de publicações da Editora da UFPB com a finalidade de divulgar as publicações incorporadas ao acervo da Biblioteca Central como das demais bibliotecas do SISTEMOTECA por meio do Depósito Legal.

A partir desta proposta deve a Biblioteca Central repensar no entendimento do Setor de Coleção Especial, pois as obras dos membros da academia como docentes, discentes e técnicos administrativos também merecem ser assim consideradas por serem partícipes efetivos da memória da instituição.

Desta forma propomos que seja elaborada uma nova coleção dentro das Coleções Especiais que abarque esse grupo de autores que compõem a memória da instituição e que publicam suas obras na editora universitária.

Embora o cerne desta pesquisa seja preservar e disseminar as publicações editadas e coeditadas pela Editora Universitária da UFPB na Biblioteca Central por meio do Depósito Legal institucional é coerente propor que a EDUFPB juntamente com a Biblioteca Central que realize feiras de livros e lançamentos nas dependências da Biblioteca ou mesmo estabelecer que a livraria da editora seja localizada neste espaço, de maneira a atrair novos usuários que queiram adquirir os seus lançamentos.

LEGAL DEPOSIT IN THE UFPB LIBRARY SYSTEM

Abstract

The Legal Deposit in university libraries by publishers of universities, legal device enables and cooperates with the fulfillment of Universal Bibliographic Control. In this context, this study aimed to know the existence of legal deposit in Central UFPB Library as publications of University Publishing the same university. And as specific objectives: to identify the process of acquisition of publications University Publishing UFPB by Central Library; check the publications of the existing UFPB the Central Library collection; identify SISTEMOTECA of legal documents UFPB the legal deposit obligation. Given this context, the research is descriptive, documentary and exploratory. We used the interview to collect data and was applied to Librarians responsible for sections connected directly with the process of legal deposit. The results showed that the Legal Deposit in SISTEMOTECA is a reality, but without regularity, therefore, it is necessary that the SISTEMOTECA and Publisher UFPB effectively maintain the process of Legal Deposit. It is suggested then, actions that will enable the flow in the tank, as well as in the dissemination of publications deposited.

Keywords: Legal Deposit. SISTEMOTECA UFPB. University Libraries.

Artigo recebido em: 06/10/2017
Aceitação definitiva em: 29/12/2017

REFERÊNCIAS

- ANZOLIN, H. H; CORRÊA, R. L. T. Biblioteca universitária como mediadora na produção de conhecimento. **Rev. Diálogo Educ., Curitiba**, v. 8, n. 25, p. 801-817, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd1=2448&dd99=view>>. Acesso em: 27 maio 2014.
- BOHRER, I. N. **A história das universidades: o despertar do conhecimento**. 2008. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2014.
- BRASIL. **Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm#art11
- BUFREM, Leilah Santiago. **Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática**. São Paulo: Edusp, Com-Arte; Curitiba: Editora da UFPR, 2001.
- CAMPELLO, B. S.; MAGALHÃES, M. H de. A. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997.
- CAMPELLO, B. S. A. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.
- FERREIRA, R. da S. Transpondo muros, construindo relações: uma reflexões sobre bibliotecas universitárias e extensão no Brasil. **Rev. Digit. Bibl. Ciênc. Inf.**, Campinas, v.9, n.2, p.75-88, jan./jun. 2012 – ISSN 1678-765X. Disponível em <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/499>>. Acesso em: 24 maio 2014.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- JOB, I.; FONSECA, C.C. R. Lugares do conhecimento: as bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14.;

Salvador, 2006. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7965/000563218.pdf?sequence=1>> Acesso em: 29 mai. 2014.

LARIVIÈRE, J. **Legislación sobre depósito legal:** directrices. Edición revisada, aumentada y actualizada de la publicación de 1981 de la Dra. Jean LUNN. Paris: UNESCO, 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001214/121413s.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

MARQUES NETO, José Castilho. A editora universitária, os livros do século XXI e seus leitores. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação.** Botucatu. v.4, n. 7, ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_a Bibliográfico Universal – CBU. ECAUSP: 1999. Disponível em <<http://www2.eca.usp.br/prof/sueli/cbd201/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

PEREIRA, Ana Maria Mesquita; PEREIRA, Marília Guedes. Projeto para criação de um serviço de pesquisa bibliográfica e de documentação no SID/BC – UFPB. **Cad. Bibliotecon.** Recife v.6, p.116-124, jun. 1983. Disponível em <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2011/07/pdf_de4a4c7cc9_0017486.pdf>. Acesso em 25 abr. 2014.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica.** Petrópolis: Vozes. 1983.

SOUSA, M. M. de. **A biblioteca universitária como ambiente de aprendizagem no ensino superior.** São Paulo, 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../27/.../Margarida_M_Sousa_DISSERT.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2014. www.slideshare.net/miquemv/ss-a-informao-e-a-biblioteca-universitaria>. Acesso em 06 mai

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Portaria 332/02 de 08 de julho de 2002.** Salvador, 2002. 2 f. Disponível em: <<http://www.btdt.ufba.br/Portaria%20332.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

rttext&pid=S1414-32832000000200025>. Acesso em: 14 maio 2014.

MONTEIRO, C. dos S. **Sistemas de alimentação de catálogos e bases de dados.** Marília, SP: UNESP, 2003. Disponível em: <http://bibliodata.ibict.br/geral/modelos/texto_santeriores.htm>. Acesso em: 20 mai. 2014. MORIGI, V. J.; SOUTO, L. R. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v.10, n.2, p. 189-206, jan./dez., 2005. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/06/pdf_99864bb17b_0011138.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2014.

NORONHA, D.P.; FERREIRA, S. M. S. P. **Recursos Informacionais II:** Controle UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. **Resolução n.31/2009.** Aprova o Regimento Interno do Sistema de Biblioteca da UFPB. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufpb.br/Reg_Res.pdf>. Acesso em 14 jan. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Biblioteca Central:** histórico. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufpb.br/>>. Acesso em 15 jan. 2014.

VIANNA, Michelangelo. **A informação e a biblioteca universitária.** [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <<http://>>. 2014.

ZUCHETO, Zélide Aparecida Baier. **Avaliação da satisfação e fidelização nas editoras universitárias na ótica das livrarias.** Dissertação (Mestrado Profissional em Pesquisa em Gestão Estratégica de Marketing) - Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.